

A influência da ética nas práticas sustentáveis das organizações

Roberto Constantino Junior *

Mestrando em Adm. em Governança Corporativa pelo Centro Univ. das Fac. Metropolitanas Unidas
Sogen Representações Comerciais, Brasil
E-mail betoghe@gmail.com

Filipe Antônio Fiorini

Mestrando em Adm. em Governança Corporativa pelo Centro Univ. das Fac. Metropolitanas Unidas
Eco Crédito correspondente bancário, Brasil
E-mail fiorini.filipe@gmail.com

Roberto Godoy Fernandes

Mestrando em Adm. em Governança Corporativa pelo Centro Univ. das Fac. Metropolitanas Unidas
Siemens AG, Brasil
E-mail bob.godoy@gmail.com

Andreia Freitas Cintra

Mestrando em Adm. em Governança Corporativa pelo Centro Univ. das Fac. Metropolitanas Unidas
Centro Universitário das faculdades metropolitanas Unidas, Brasil
proandreaifreitas@gmail.com

Eric David Cohen

Doutor em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas/SP
Faculdade de Ciências Aplicadas da UNICAMP, Brasil
ericdcohen@gmail.com

RESUMO

É emergencial a conscientização da necessidade de atitudes sustentáveis, para que as gerações futuras não corram o risco de ter um sistema ambiental comprometido pelas ações praticadas no presente. Se, do lado comercial e tecnológico, temos o consumo potencializado pelas inovações, do lado humano é preciso refletir sobre as atitudes relacionadas a este consumo moderno exacerbado que pode estar comprometendo o futuro das futuras gerações. Neste contexto, o objetivo desta pesquisa é identificar como os conceitos éticos podem evidenciar os danos causados pelo consumismo para potencializar as práticas sustentáveis das organizações. O método adotado foi o ensaio teórico, analisando os conceitos a partir do confronto da literatura dedicada ao tema. A pesquisa indica que a problematização do meio ambiente e do desenvolvimento econômico estão diretamente relacionados à falta de ética nos processos produtivos e no consumo ostentativo, notando que o cuidado é uma das virtudes da ética. Para a realização de pesquisas futuras, sugere-se a extensão deste estudo, analisando as principais competências relacionadas à sustentabilidade, gerando-se indicadores para aplica-los em casos reais na indústria.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Consumismo; Alteridade; Ética; Inovação.

*Autor para correspondência / Author for correspondence / Autor para la correspondência: Rua Marcondes de Andrade, 290 - Ipiranga, São Paulo/SP - CEP: 04265-040. Brasil. Telefone: 55 11 99983.5778

Data do recebimento do artigo (received): 03/maio/2018
Data do aceite de publicação (accepted): 10/jun./2018

Desk Review
Double BlindReview

This Journal uses the APA and ABNT formatting style. This article is formatted according to ABNT.

The influence of ethics on the sustainable practices of organizations

ABSTRACT

It is urgent to raise awareness of the need for sustainable attitudes, so that future generations do not run the risk of having an environmental system compromised by the actions practiced in the present. If, on the commercial and technological side, we have consumption boosted by innovations, on the human side it is necessary to reflect on the attitudes related to this exacerbated modern consumption that may be compromising the future of future generations. In this context, the objective of this research is to identify how ethical concepts can highlight the damages caused by consumerism to enhance the sustainable practices of organizations. The method adopted was the theoretical essay, analyzing the concepts from the confrontation of the literature dedicated to the theme. The research indicates that the problematization of the environment and economic development are directly related to the lack of ethics in productive processes and ostentatious consumption, noting that care is one of the virtues of ethics. In order to carry out future research, it is suggested the extension of this study, analyzing the main competences related to sustainability, generating indicators to apply them in real cases in the industry.

Keywords: Sustainability; Consumerism; Otherness; Ethics; Innovation.

La influencia de la ética en las prácticas sostenibles de las organizaciones

RESUMEN

Es emergente la concientización de la necesidad de actitudes sostenibles, para que las generaciones futuras no corran el riesgo de tener un sistema ambiental comprometido por las acciones practicadas en el presente. Si, del lado comercial y tecnológico, tenemos el consumo potencializado por las innovaciones, del lado humano es preciso reflexionar sobre las actitudes relacionadas a este consumo moderno exacerbado que puede estar comprometiendo el futuro de las futuras generaciones. En este contexto, el objetivo de esta investigación es identificar cómo los conceptos éticos pueden evidenciar los daños causados por el consumismo para potenciar las prácticas sostenibles de las organizaciones. El método adoptado fue el ensayo teórico, analizando los conceptos a partir del enfrentamiento de la literatura dedicada al tema. La investigación indica que la problematización del medio ambiente y del desarrollo económico están directamente relacionados a la falta de ética en los procesos productivos y en el consumo ostentoso, notando que el cuidado es una de las virtudes de la ética. Para la realización de investigaciones futuras, se sugiere la extensión de este estudio, analizando las principales competencias relacionadas a la sostenibilidad, generando indicadores para aplicarlos en casos reales en la industria.

Palabras clave: Sustentabilidad; Consumismo; Alteridad; Ética; Innovación.

1 INTRODUÇÃO

Para a sociedade contemporânea, tanto as empresas, quanto os indivíduos, serão responsabilizados pelas suas atitudes, bem como pelas consequências causadas por suas ações. Neste sentido, é imperativo conscientizar a sociedade a respeito das atitudes sustentáveis, para que as gerações futuras não recebam um mundo já irremediavelmente comprometido pelas ações hoje praticadas (ASHLEY, 2005).

Através de anúncios sedutores, o indivíduo é induzido sutilmente a consumir produtos que não necessita - e que talvez nem venha a necessitar -, denotando uma compra por impulso, oportunidade ou modismo. De acordo com Boisier (1997), se o consumo e a sobrevivência da empresa bebem da mesma fonte, surge um paradoxo, posto que o consumismo afeta a sustentabilidade ambiental e as organizações precisam desse fenômeno para vender, obter lucros e ainda cumprir um papel social.

Ainda conforme Boisier (1997), enquanto de um lado, os índices econômicos melhoram, do outro, assistimos a uma verdadeira esquizofrenia em relação ao acúmulo de riquezas. Este consumismo é percebível através da oferta de produtos descartáveis e do consumo potencializado pelas inovações, que trarão um verdadeiro dilema para as futuras gerações.

A esse respeito, a advertência de Margareth Mead, por Guimarães (2001, p. 21), se torna pertinente e deve ser considerada para os dias atuais.

O modo de vida dos nossos antepassados como algo ao qual, jamais seremos capazes de retornar, embora possamos resgatar sua sabedoria original para podermos compreender melhor o que vem ocorrendo hoje, no momento em que uma geração quase inocente de sentido histórico tem de aprender a conviver com um futuro incerto, um futuro para o qual não foi educada.

A vista do que foi exposto, esta questão foi escolhida frente à reflexão sobre as atitudes humanas relacionadas ao consumo. Neste sentido, pretende-se identificar como os conceitos éticos podem evidenciar os danos causados pelo consumismo para potencializar as práticas sustentáveis das organizações.

Segundo Dias (2014), para que a ética beneficie a todos os *stakeholders*: empresa, sociedade e meio ambiente, é preciso que seja formalizado um código de ética, que deverá conter uma aderência para todos os colaboradores envolvidos. Segundo Arruda (2015), os integrantes da organização devem perceber a importância da existência desse estatuto para que este seja imperativo sobre a conduta de todos.

Na visão de Arendt (2010), é necessário compreender a realidade do fenômeno ético nas relações de alteridade e de reflexão sobre as ações humanas, a partir de uma ética construída de forma refletida. Assim, a ética deve ser intrínseca às organizações, bem como a

responsabilidade, a honestidade, a justiça, a integridade, o respeito pelos outros e a preocupação “genuína” com as consequências dos atos e decisões da organização (COSTA, 2005). Conforme o IBGC (2015, p. 16), “(...) na tomada de decisão, deve-se levar em conta simultaneamente o grau de exposição ao risco, que deve ser definido pela organização, e a prudência necessária, evitando-se os extremos tanto de um quanto de outro”.

2 DESENVOLVIMENTO

Considera-se que a ética supervisiona os atos e estabelece responsabilidades que remetem imediatamente ao cuidado com o “outro”, não necessariamente aquele dos relacionamentos próximos e imediatos (como familiares e amigos). É o “outro” das futuras gerações com direitos aos benefícios da natureza, assim como a presente geração possui (TRASFERETTI, 2011). Para Junges (2004), a ética é a questão central dos problemas ambientais e a sociedade atual, será responsabilizada no futuro como cúmplice dos danos causados ao meio ambiente gerados no presente, em decorrência da utilização inconsequente dos recursos naturais.

Outro aspecto relevante, para Portilho (2005), é a quantidade de bens de consumo que são produzidos em alta escala pelas indústrias. Outrora, este era um símbolo de sucesso, mas hoje passou a ser objeto de críticas por incitar o consumismo exacerbado que é um dos principais ofensores do meio ambiente. Para Bauman (2008), consumir é uma condição irreversível, que está impregnada no homem como se fosse um dos elementos essenciais para a sua sobrevivência.

Colocadas estas considerações, a discussão que segue descreve a ética relacionada à humanidade - mais precisamente, os efeitos na vida dos nossos semelhantes no futuro, e o confronto do comportamento social e empresarial em relação às atitudes ambientais.

2.1. Ética

Para a filosofia, a Ética contempla o agir virtuoso do homem e a discussão de quando e o porquê de uma ação ou um determinado comportamento pode ser considerado moral ou imoral, bom ou mau, justo ou injusto (KURY, 2001 p. 56). Mesmo sabendo o que é certo e errado, ocasionalmente a humanidade opta por agir em benefício próprio sem medir as consequências dos seus atos. Por conta disto, a discussão dos conceitos éticos é fundamental para a sociedade, além de ser um norteador das ações que os indivíduos devem ter uns com os outros (DIAS, 2014).

Neste capítulo, não se pretende definir os conceitos éticos na sua abrangência, e sim, delimita-los aos propósitos desse estudo, quais sejam: buscar os princípios éticos relacionados a querer o bem do próximo e a compaixão pelo semelhante.

Segundo Aristóteles, o indivíduo bom e generoso não pensa apenas em si, mas orienta-se para atender às dificuldades e às necessidades dos outros. Nos conceitos aristotélicos, as atitudes éticas derivam-se do hábito - seguindo, portanto, a maneira que o indivíduo aprende um ofício, se torna aquilo que quer ser. Este pensador faz uma analogia das *práxis* éticas: é construindo casas que se faz um arquiteto; é tocando instrumentos que se torna músico; e é fazendo justiça e bondade que se converte em justo e bom (NODARI, 1997).

Já Schopenhauer (2001) considera que se supera as diferenças individuais através da compaixão, de tal forma que toda ação represente algo de bom ou o bem-estar do outro; isto porque qualquer outro motivo se caracteriza como uma atitude egoísta. Diferentemente, Kant utiliza a razão ao considerar que a dignidade humana tem, como ponto partida, a educação. Para ele, é da dignidade que o ser humano é “construído”, e este é um atributo do ser humano que deve ser valorado, e que não deve ser desconsiderado. Esta visão demonstra, a partir dos imperativos categóricos, que toda ação deve tratar o seu semelhante como um fim em si mesmo (e nunca como um meio; em outras palavras, não se deve usar o próximo como um mero objeto para alcançar um determinado propósito) (ZATTI, 2007).

De acordo com Silveira (2018), as ações éticas geralmente pressupõem um desprendimento pessoal para conviver em coletividade - ainda mais numa sociedade na qual fatores como intolerância, competitividade e consumismo induzem a atitudes impensadas e questionáveis. Na mesma linha, Machado Filho (2006) postula que a ética é um conjunto de regras e preceitos que supervisionam as ações, ao mesmo tempo em que ela estabelece responsabilidades que envolvem a sociedade e o setor empresarial. Isto posto, todos os habitantes do planeta da presente e das futuras gerações têm direitos ao usufruto dos recursos naturais e dos benefícios ambientais (MACHADO FILHO, 2006).

2.2. Ética empresarial

Hoje entende-se que a responsabilidade legal da empresa deve estar alinhada às leis vigentes. Em outras palavras, os gestores socialmente responsáveis devem seguir os preceitos legais sem exercer ações discricionárias. Para Friedman (1962) “[...] o objetivo dos executivos das organizações é obter todo o lucro quanto possível, desde que de acordo com as regras básicas da sociedade, tanto em termos legais quanto éticos”.

Vale ressaltar que as ações consideradas éticas devem estar amparadas na conscientização dos colaboradores da organização em relação aos impactos que as decisões podem causar a terceiros. Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC,

2015), a prática constante da deliberação ética consolida a identidade, a coerência entre o pensar, o falar e o agir e, conseqüentemente, a reputação da organização, com reflexos sobre a cultura empresarial. Esta reputação positiva contribui para redução dos custos de transação e de capital, favorecendo a preservação e criação de valor econômico para a organização.

Para contextualizar, ilustramos o exemplo de duas empresas: uma do setor de agrotóxicos, e outra do setor farmacêutico. Digamos que seus produtos ou seus processos produtivos foram banidos do seu país de origem, em função da sua nocividade. Mas, para contornar a legislação, a empresa decide fabricar os produtos em países emergentes, cujas leis ambientais são menos severas. Eis que surge um paradoxo entre os dois fatores que são importantes para a sociedade: a responsabilidade ética e os resultados econômicos. Esses dilemas são comuns, e demonstram a dificuldade da tomada de decisões éticas e que beneficiem, ao um tempo, a empresa, a sociedade e os clientes (MACHADO FILHO, 2006).

Nesta linha, Silveira (2018) apresenta uma solução para as atitudes éticas nas organizações: a conscientização do papel dos administradores e da influência das suas ações na sociedade. Assim, a educação será a conciliação entre o homem e a ética, permitindo que ele assuma a consciência das dimensões éticas e todas as suas implicações na convivência coletiva (SAVIANI, 2001). Serrano (2003) corrobora este entendimento, ao defender que a educação ambiental seja aplicada aos jovens estudantes desde o ensino fundamental - tal conduta seria instrumental para reduzir os conflitos entre os atores poluentes e o meio ambiente, promovendo mudanças no comportamento da sociedade moderna e nos padrões de consumo.

2.3. Educação Ambiental

No Brasil, a educação ambiental é regulamentada por legislação própria e amparada na Constituição Federal de 1988 através do artigo 225. Tal artigo assegura o direito ao meio ambiente através da promoção “da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988).

Para Palavizini (2011), ainda falta muito para que a consciência da sociedade e das empresas estabeleçam convergências que possam capacitar o cidadão para uma relação respeitosa com os ecossistemas do planeta, valorizando a diversidade ecológica e promovendo a construção de um mundo ambientalmente sustentável. Para Junges (2001), os problemas ecológicos não podem estar subordinados a uma simples lei ou solução técnica: eles dependem de uma resposta ética e de mudanças nos paradigmas da vida pessoal, da convivência social, e principalmente da produção de bens de consumo.

Diversas empresas industrializam produtos com a mesma finalidade. Diante do advento da globalização, do acirramento da competição entre as empresas e do crescente poder do

consumidor nas relações entre empresas e clientes, cada vez mais, as empresas recorrem à publicidade maciça para impressionar e chamar a atenção dos compradores. Segundo Las Casas (2011), este estado das relações de consumo é incentivado pela busca incessante do consumidor atual em satisfazer as suas necessidades, e da resposta das empresas na identificação destas carências com produtos que satisfaçam estas necessidades de consumo.

A variedade dos bens de consumo - produzidos em escala industrial - sempre foi considerada um símbolo da opulência do capitalismo. Nos dias atuais, esse conceito passou a ter uma significância negativa, posto que a postura do consumista tornou-se antiética. Por um lado, a maioria dos produtos são fabricados com “prazo de validade” (sic), uma vez que eles são constantemente atualizados e desenhados como produtos de obsolescência planejada (BASSI; LOPES, 2017). Essa estratégia comercial (utilizada há muito tempo, principalmente pelas indústrias de produtos eletroeletrônicos) se apoia nas inovações e *design*, ao mesmo tempo em que estimula o consumismo e o desejo pelo novo.

Tal consumo desmedido pode causar inúmeros danos ao meio ambiente se não houver uma política de conscientização ética coletiva, ou mesmo uma legislação específica que obrigue a sociedade a agir de maneira sustentável. Caso contrário, haverá sérios impactos ambientais e da sustentabilidade.

Para tanto, o consumidor deve adotar ações que evitam o desperdício e utilizar os recursos naturais de forma sustentável. Segundo a Eco-Unifesp (2015), as atitudes colaborativas são:

- Economizar papel
- Comprar somente o necessário
- Evitar mercadorias com muitas embalagens
- Dar preferência ao refil
- Levar sua própria sacola ao fazer compras
- Evitar o desperdício de alimentos

Mesmo considerando estas recomendações, é necessário estimular o investimento empresarial e do governo na utilização de novas tecnologias, mais limpas e sustentáveis, que reduzam a geração de resíduos nos processos de montagem, de manutenção, de troca de peças e do descarte final dos materiais.

De acordo com os objetivos da Eco-Unifesp (2015), deve-se “[...] promover ações que instruem o consumo consciente, evitando o desperdício e favorecendo o desenvolvimento sustentável”. Esses propósitos estão alicerçados no princípio dos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) apresentados na Conferência Eco-92. Nesse evento, foi elaborada a Agenda 21, cujo

documento divulgado mundialmente sugere a reconversão da sociedade fabril, sugerindo a reinterpretação conceitual de progresso.

Segundo Freitas citado por Nunes e Carvalho (2014, p.1097) “o crescimento econômico irresponsável, provoca irreparáveis danos ambientais”. Essa afirmação corrobora o postulado de Bauman (2007), que afirma que o consumo potencializado pela busca do prazer individual e imediato demonstra a ausência de responsabilidade ética frente às consequências ambientais.

Em relação ao conhecimento ambiental, este não será predominante para as mudanças comportamentais no consumo. Contudo, pode-se incitar as pessoas à cidadania, à solidariedade e à cooperação. Para Portilho (2005), o simples acesso aos conhecimentos relacionados à questão do meio ambiente não leva a estilos de vida e práticas ambientalmente corretas; no entanto, é com a prática individual que começa a se multiplicar a preocupação com a problemática ambiental.

Junges (2004) corrobora esse pensamento ao ressaltar que através da “alfabetização ecológica” a informação proporcionará mudanças culturais que prevalecerão nas relações entre os seres humanos e a natureza. Para tal, as empresas, a sociedade e os órgãos públicos devem ser agentes transformadores na cultura do consumo responsável, e colaborar com ações éticas, bem como na implantação de inovações tecnológicas nos processos produtivos ou de serviços.

2.4. Sustentabilidade

Para autores como Brandão e Rodrigues (2010), Caldas (2012), Dias (2017), Oliveira (2008) e Strobel (2005), o Relatório Brundtland publicado em 1987 foi um dos marcos mais importantes no debate a respeito do Desenvolvimento Sustentável. Na verdade, este relatório apresentou este termo ao mundo. Conforme ensina Reinaldo Dias sobre o desenvolvimento sustentável (DS):

Procura estabelecer uma relação harmônica do homem com a natureza, como centro de um processo de desenvolvimento que deve satisfazer às necessidades e às aspirações humanas. Enfatiza que a pobreza é incompatível com o desenvolvimento sustentável e indica a necessidade de que política ambiental deve ser parte integrante do processo de desenvolvimento e não mais uma responsabilidade setorial fragmentada. (DIAS, 2017, p. 36).

Para Brundtland *apud* Dias (2007, p. 32), “(...) o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”. Segundo Dias (2017) e Corrar, Machado e Machado (2009), este relatório enfatiza dois conceitos chaves: necessidades e limitações. O conceito de necessidade (focado especialmente nos mais pobres) deve ter prioridade. Já as

limitações devem ser impostas pelo estado, bem como organizações sociais, a fim de evitar que a degradação ambiental impossibilite o atendimento das necessidades de gerações futuras.

Vale notar que diversas publicações antecederam o relatório citado - sempre acompanhados de fortes críticas à conduta das indústrias e dos países industrializados. Strobel (2005) aponta que o tom altamente diplomático do Relatório Brundtland provavelmente tenha sido a causa de seu grande sucesso e aceitação.

Outros episódios relevantes aconteceram sobre as questões ambientais. Em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu a segunda conferência global promovida pela ONU. Já em 1997, na cidade japonesa de Kyoto, ocorreu a assinatura do protocolo de um tratado internacional com compromisso de redução dos gases que agravam o efeito estufa. Apesar de tal protocolo apenas entrar em vigor a partir de 2005, os Estados Unidos (considerado o maior emissor de gases do planeta) se negaram a assinar o protocolo, o que fragilizou a eficiência do acordo. Sua justificativa se apoiou na argumentação de que tal compromisso afetaria de maneira significativa a economia do país.

Na literatura, não há consenso em relação à definição exata do termo Sustentabilidade. Contudo, muitos estudos apontam 3 componentes fundamentais para o desenvolvimento sustentável: crescimento econômico, proteção ao meio ambiente e igualdade social. Na Tabela 1, são apresentados alguns dos principais eventos que influenciam a sustentabilidade.

Tabela 1.

Resumo dos principais eventos relacionados ao DS.

Ano	Acontecimento	Observação
1962	Publicação do livro Primavera Silenciosa (<i>Silent Spring</i>)	Livro publicado por Rachel Carson que teve grande repercussão na opinião pública e expunha os perigos do inseticida DDT.
1968	Criação do Clube de Roma	Organização informal com objetivo de promover o entendimento de componentes variadas, mas interdependentes no sistema global.
1968	Conferência da UNESCO sobre a conservação e uso racional dos recursos da biosfera	Nesta reunião, em Paris, foram lançadas as bases para criação do Programa: Homem e a Biosfera (MAB).
1971	Criação do Programa MAB da UNESCO	Programa de pesquisa no campo das ciências naturais e sociais para conservação da biodiversidade e para melhoria das relações entre homem e meio ambiente.
1972	Publicação do livro Os Limites do Crescimento	Informe apresentado pelo Clube de Roma no qual previa que as tendências que imperavam até então conduziam a uma escassez catastrófica dos recursos naturais e a níveis perigosos de contaminação em um prazo de 100 anos.
1972	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano em Estocolmo, na Suécia	A primeira manifestação dos governos de todo mundo com as consequências da economia sobre o meio ambiente.
1983	É formada pela ONU a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD)	Presidida pela Primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, tinha como objetivo examinar as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento e apresentar propostas viáveis.

1987	É publicado o Relatório Our Common Future, da CMMAD	Um dos mais importantes sobre a questão ambiental e o desenvolvimento. Vincula estreitamente economia e ecologia e estabelece o eixo em torno do qual se deve discutir o desenvolvimento, formalizando o conceito de sustentabilidade sustentável.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Cúpula da Terra.	Realizada no Rio de Janeiro, também chamada de RIO-92, constitui-se no mais importante foro mundial já realizado. Abordou novas perspectivas globais e de integração da questão ambiental e definiu mais concretamente o modelo de desenvolvimento sustentável. Participaram 170 Estados, que aprovaram a Declaração do Rio e mais quatro documentos, entre os quais a Agenda 21.
1997	Rio+5	Realizado em Nova Iorque com o objetivo de analisar a implementação do programa da Agenda 21.
2002	Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável - Rio+10	Realizada em Johannesburgo, procurou examinar se foram alcançadas as metas estabelecidas pela Conferência Rio-92 e serviu para que os Estados reiterassem seus compromissos com os princípios de Desenvolvimento Sustentável
2005	Protocolo de Kyoto	O Protocolo de Kyoto entra em vigor, obrigando países desenvolvidos a reduzir os gases que provocam o efeito estufa e estabelecendo o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo para os países em desenvolvimento.
2012	Rio+20 - Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável	Realizado no Rio de Janeiro, o encontro gerou um documento final "O futuro que queremos" e tomou-se a decisão de formar um grupo de trabalho aberto que elaborasse os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que teriam como meta o ano de 2030.
2014	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	do Assembleia da ONU recebe o relatório do grupo de trabalho que ficou de encarregado de estabelecer os ODS em substituição aos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Fonte: Adaptado de Dias (2017, p. 40-42)

Quando se pensa na atividade econômica (ressalte-se que é extremamente importante que o desenvolvimento sustentável esteja presente nas decisões estratégicas das organizações), também não se pode deixar de lado a contribuição da Governança Corporativa. Nesta linha, considera-se que as práticas de Governança Corporativa devem estar estreitamente alinhadas com as estratégias de Sustentabilidade, demonstradas na figura 1.

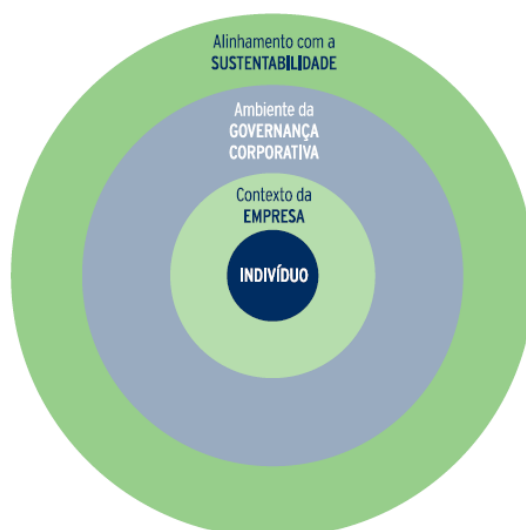


Figura 1 - Representação da GC e DS com foco no trabalho
 Fonte: IBGC (2009, p. 12)

2.4.1. O Triple Bottom Line da Sustentabilidade

O *Triple Bottom Line* (TBL), também conhecido como tripé da sustentabilidade, é um conceito amplamente divulgado por John Elkington para a mensuração das três dimensões da sustentabilidade: econômica, ambiental e social. Publicado em 1997, o livro *Cannibal with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business* vem produzindo efeitos na gestão organizacional a partir do conceito de *Triple Bottom Line*, no mundo todo.

O TBL também é conhecido como os 3 Ps: *People, Planet and Profit* (em português, Pessoas, Planeta e Lucro). Segundo Strobel (2005, p. 56) ,“esta abordagem foca as corporações não apenas no valor econômico que agregam, como também nos valores sociais e ambientais que agregam - e destroem”. Para Reinaldo Dias:

Durante muito tempo a contabilidade das empresas se centrou nos resultados financeiros. No entanto, nos últimos anos, com a irrupção da Responsabilidade Social no âmbito corporativo, aumentou a exigência pela incorporação de novos indicadores para quantificar o impacto das empresas sobre os *stakeholders* externos. Neste contexto é que surgiu o conceito de *Triple Bottom Line* e que se refere aos resultados de uma empresa medidos em termos econômicos, ambientais e sociais. São apresentados nos relatórios de sustentabilidade corporativa e se constituem em dados e aferições voluntárias. (DIAS, 2017, p. 47).

2.4.2 Desenvolvimento sustentável nas empresas

O objetivo da empresa com fins lucrativos é maximizar a geração de lucro e o retorno para os seus acionistas. Ao considerar esta premissa, os executivos da empresa tendem a tomar decisões que reduzam os custos do processo produtivo. Todavia, assim como na governança corporativa, surge o problema chamado “custo de agência”; em outras palavras, a sustentabilidade também tem custos associados a ela. A literatura não aborda muito esta questão, mas resta evidente o ponto de que a adoção de práticas sustentáveis não é garantia de melhorias nos processos - na verdade, estas práticas podem mesmo levar a uma elevação dos custos operacionais. Contudo, não se deve esquecer que os clientes e a comunidade valorizam cada vez mais a proteção do meio ambiente. O movimento ambientalista, conforme observado, é preocupação de todas as nações do mundo.

Com a constante pressão do mercado para a adoção de práticas mais sustentáveis, os executivos têm um grande desafio no equilíbrio da tomada de decisão para equalizar as estratégias da empresa aos ambientes econômicos, ambiental e social. Conforme nos ensina Tachizawa (2016, p. 5), “o novo contexto econômico caracteriza-se por uma rígida postura dos clientes, voltada à expectativa de interagir com organizações que sejam éticas, com boa imagem institucional no mercado, e que atuem de forma ecologicamente responsável.”

Tachizawa ainda complementa ressaltando sobre pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (Ibope), que revelou que 68% dos consumidores brasileiros estariam dispostos a pagar mais por um produto que não agredisse o meio ambiente. Então, teoricamente, pelo menos uma parte, ou até a totalidade, da questão envolvendo os custos parece estar resolvida. Todavia, precisamos tomar cuidado para que as ações voltadas para sustentabilidade não sejam meramente superficiais, ou ainda, artificiais. De acordo com Strobel (2005, p. 23):

A responsabilidade social corporativa [...] não é meramente caridade ou filantropia tradicionalmente praticada pelas empresas. Ela deve englobar estratégias de longo prazo que passam a incluir a necessária preocupação com os efeitos das atividades desenvolvidas e o objetivo de proporcionar bem-estar para a sociedade.

O desenvolvimento sustentável das organizações deve estar embasado no *Triple Bottom Line*, atendendo as dimensões econômicas, social e ambiental. Segundo Dias (2017, p. 45), deve haver um equilíbrio entre as três dimensões, onde “os empresários devem buscar o lucro aceitável; os sindicatos devem buscar reivindicar o possível [...], e as entidades ambientais deverão saber ceder de tal modo que não se prejudique de modo irreversível a condição do ambiente natural”. Este autor destaca ainda que a intransigência de qualquer um destes pontos levará ao desequilíbrio e sua insustentabilidade.

2.5. O consumismo e os impactos ambientais

Entende-se por consumo sustentável, aquele de bens e serviços utilizado de maneira que garanta o atendimento das necessidades das presentes gerações, sem comprometer o atendimento das necessidades das futuras gerações. Para Furriela (2001), o consumidor consciente é o ator da transformação e está em suas mãos o poder de exigir um desenvolvimento social justo e ambientalmente equilibrado, uma vez que, as empresas só produzem de acordo com os hábitos dos consumidores e são esses costumes e preferências que mantêm a organização a produzir e da maneira como é produzido. Nesse contexto, a iniciativa de educar os cidadãos, principalmente os mais jovens, para consumir com mais consciência, torna-se fundamental, mesmo que ainda insuficiente, mas contribuirá para mudanças significativas nos processos produtivos mais sustentáveis (DIAS, 2015).

Esse novo consumo que ao mesmo tempo emprega as pessoas e gera riquezas, se torna um contraponto para o desenvolvimento sustentável. Segundo Bauman (2007), é ineficiente investigar a lógica do consumo, uma vez que, os seres humanos sempre consumiram. O que deve ser analisado é o consumismo cada vez mais exacerbado e que está fazendo do planeta, um verdadeiro recipiente de mercadorias.

Conforme a figura 2, o tempo de decomposição dos resíduos dos produtos, que comumente são utilizados, deveriam ser difundidos para promover a conscientização da gravidade do consumismo.



Figura 2 - Período para a decomposição dos resíduos de alguns produtos
Fonte: Eco-Unifesp

Esse fundamento é ratificado pela cartilha da Eco-Unifesp (2015) para conscientizar o consumidor no seu ato de comprar e auxiliá-lo para decidir o que, como, de quem e por que deve consumir. Com essas ações se espera que o comprador contumaz reflita a respeito de suas atitudes de consumo e suas consequências, não só sobre si, mas também em suas relações sociais, na economia e na natureza.

Ainda para a Eco-Unifesp (2015), há outros produtos que são utilizados habitualmente e que também são adversos ao meio ambiente, devido ao seu longo prazo de decomposição, como: latas de conserva (100 anos), madeira pintada (13 anos), pano (de 6 meses a 1 ano), fralda descartável (600 anos), linha de Nylon (de pesca) (650 anos), tecidos sintéticos (100 anos).

Não é de hoje que o planeta vem pedindo ajuda. Esse fenômeno vem ocorrendo desde que o consumismo emergiu na Europa Ocidental no século XVIII e disseminou rapidamente por diversos continentes. Mas, como o planeta não foi atendido no seu apelo de socorro, o século XXI corre o risco de ser reconhecido, no futuro, como aquele que potencializou o consumo em virtude da globalização, da comunicação e do comércio através da internet (CORTEZ, 2009).

A problematização do consumismo é o resíduo que ele produz. Segundo a Confederação Nacional da Indústria - CNI, (2014), a quantidade de resíduos sólidos gerados por pessoa nas cidades do planeta é de 1,2 kg diários e os relatórios indicam, que nos próximos anos, esse

índice pode atingir 1,42 kg. por dia. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA a produção de lixo no mundo deverá atingir a marca de 2,2 bilhões de toneladas até o ano de 2025 e infelizmente esses dados tendem a se agravar ainda mais por conta de práticas impróprias na gestão de resíduos. Isso porque, seguindo as estimativas do GPWM (sigla em inglês para Parceria Global sobre Gestão de Resíduos), a classe média mundial terá crescido de 2 bilhões para quase 5 bilhões, e com ela, considerando os hábitos atuais de consumo, serão extremamente nocivos o meio ambiente. Para a entidade, a gestão dos resíduos e o descarte correto de materiais se torna cada dia mais imprescindível para que o mundo caminhe para um desenvolvimento sustentável.

As interferências humanas são um dos grandes transgressores da degradação ambiental do planeta. Mas para Silva e Maciel (2007), antes de considerar a humanidade responsável pela criticidade ambiental, é preciso informar as pessoas sobre os seus hábitos de consumo e as consequências danosas que ele produz no meio ambiente. Os consumidores devem ser informados sobre a necessidade de mudanças no estilo de vida, de modo que a liberdade em desfrutar dos benefícios materiais seja contrabalançada por um sentimento de responsabilidade. Portanto, é necessário que políticas efetivas de consumo sustentável, sejam adotadas com informações aos consumidores através da mídia, redes sociais e as próprias embalagens dos produtos, alertando para o consumo consciente (PORTILHO, 2005).

Conforme Ashley (2005), as empresas precisam estar atentas não só para o seu papel econômico, mas também para as suas responsabilidades legais e sociais, uma vez que, seus atos afetam a sociedade e a sobrevivência da organização. Para isso, as empresas precisam investir em inovações sustentáveis no processo produtivo, em embalagens biodegradáveis e na reciclagem dos resíduos da industrialização.

Segundo Schumpeter (1982), mencionado por Neutzling e Pedroso (2009) o desenvolvimento está implícito na inovação por justamente ser uma “destruição inovadora”, caracterizada pela introdução de um novo produto ou método de produção para a organização como também, para o ambiente em que está inserida.

De acordo com o Manual de Oslo (FINEP, 2005, p. 23):

Inovações de produto envolvem mudanças significativas nas potencialidades de produtos e serviços. Incluem-se bens e serviços totalmente novos e aperfeiçoamentos importantes para produtos existentes. Inovações de processo representam mudanças significativas nos métodos de produção e de distribuição.

A preocupação com a inovação é justificada por dois fatores, o aumento nos índices na produção em alta escala e pelo crescimento no consumo. Em virtude disso, medidas preventivas e eficazes devem ser adotadas, uma vez, que os prognósticos para o século XXI não são nada animadores com relação aos recursos naturais.

É nesse contexto que a inovação se torna um fator fundamental para que as organizações estabeleçam padrões de sustentabilidade em seus produtos e serviços. Para Barbieri *et al.* (2010) a inovação é um elemento essencial nas diversas operações das organizações e estas devem introduzir novidades em seu processo produtivo ou serviço, que atendam o equilíbrio dos recursos naturais existentes e as múltiplas dimensões da sustentabilidade.

Além da ética e da inovação como um fator determinante para a redução dos índices de degradação do meio ambiente os órgãos governamentais deveriam ser mais participativos concedendo, como incentivo, descontos nos impostos para as empresas que instalem redutores de gases e estiverem dentro dos padrões determinados como aceitável na emissão de poluentes ou no descarte de resíduos.

Outro aspecto não menos importante, é a logística reversa das embalagens dos produtos já utilizados, para que o descarte seja supervisionado e executado de maneira adequada aos padrões sustentáveis. Portanto, cabe à sociedade mostrar-se capaz de assumir novos hábitos que visa encontrar o justo equilíbrio entre utilização racional das virtualidades da Terra e sua preservação para nós e para as gerações futura (BOFF, 2008).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões expostas neste estudo pretende ser o fio condutor para identificar, como os conceitos éticos podem evidenciar os danos causados pelo consumismo, potencializando as práticas sustentáveis das organizações. Entretanto, as considerações citadas trazem a luz que a problematização, entre meio ambiente e o desenvolvimento econômico, estão diretamente relacionados à falta de ética nos processos produtivos e no consumo ostentativo.

Uma das virtudes da ética é o cuidado. Essa diligência torna-se um imperativo que busca encontrar a justa medida na utilização dos recursos ambientais, ou seja, procura equilibrar a extração racional do que o meio ambiente oferece para a humanidade, sem comprometer a sua preservação. Portanto, usufruir do sistema ambiental saudável, não deve ser um privilégio para a geração atual, e sim, para todas as gerações futuras.

Alcançar níveis de consumo mais sustentáveis, envolve a construção de relações mais solidárias na cadeia produtiva e entre outros setores sociais, como produtores, comerciantes e consumidores, uma vez que, para a sociedade contemporânea, tanto as empresas, quanto os indivíduos, todos serão responsabilizados pelas suas atitudes e as consequências causadas por suas ações.

Diante disso, os padrões de produção nas organizações, devem ser alterados por meio da substituição de matérias-primas e matrizes energéticas, combatendo o desperdício e a obsolescência planejada. Já o consumidor contumaz, deve reduzir drasticamente seus padrões

de consumo e procurar adquirir produtos realmente necessários e com menor índice de descartabilidade.

O modelo de empresas inovadoras e sustentáveis é uma resposta às pressões da sociedade por uma organização que seja capaz de inovar com eficiência em termos econômicos, mas alinhados com a responsabilidade social e ambiental. Desse modo, as empresas devem se responsabilizar por um código de conduta, norteados pelos princípios éticos para desenvolver práticas de virtudes, que nada mais são do que os valores da organização, transformados em ações éticas.

REFERÊNCIAS

- ARENDRT, H. **Homens em Tempos Sombrios**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- ARRUDA, M. C. C. **A contribuição dos códigos de ética profissional às organizações brasileiras**. Belo Horizonte: E&G Economia e Gestão. 2005.
- ASHLEY, P. A. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva. 2005.
- BARBIERI, J. C. et al. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 2. p. 146-154, 2010
- BASSI, M. C. P. C.; LOPES, C. C. **A sociedade do consumo e suas consequências socioambientais**. [S.l.]: FAE Centro Universitário, Núcleo de Pesquisa Acadêmica - NPA Programa de Apoio à Iniciação Científica, PAIC2016/2017. p. 100-125, 2017.
- BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOFF, L. **A busca de um ethos planetário**. São Paulo: Edições Loyola. 2008.
- BOISIER, S. **El Vuelo de Una Cometa: una metáfora para una teoría del desarrollo regional**. Santiago do Chile: Série Ensayos, 1997.
- BRANDÃO, M. M.; RODRIGUEZ, G. M. **Visões de Governança Corporativa: a realidade das sociedades por ações e a sustentabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BRASIL. Artigo 225 da Constituição Federal. **Constituição Federal**, Brasília, DF, 1988.
- CALDAS, C. B. **Governança Corporativa e Índice de Sustentabilidade Empresarial: uma análise do valor das ações**. 2012. 79 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Administração e Economia da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo. 2012.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI. **Visão da Indústria Brasileira sobre a Gestão de Resíduos Sólidos**. Brasília: CNI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2014.
- CORRAR, L. J.; MACHADO, M. R.; MACHADO, M. A. V. Desempenho do índice de sustentabilidade empresarial (ISE) da bolsa de valores de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, v. 5, n. 2, p. 24-38, 2009.

- CORTEZ, A. T. C. **Consumo e desperdício - as duas faces das desigualdades**. São Paulo: UNESP, 2009.
- COSTA, M. A. N. **Mudanças no mundo empresarial: a responsabilidade social empresarial**. [S.l.]: [s.n.], 2005.
- DIAS, E. A. **Índice de sustentabilidade empresarial e retorno ao acionista: um estudo de evento**. 2007. 137 p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo. 2007.
- DIAS, M. O. **Ética, Organização e Valores Ético-Morais Em Contexto Organizacional**. *Gestão e Desenvolvimento*, n. 22, p. 89-113, 2014.
- DIAS, R. **Sustentabilidade: origem e fundamentos, educação e governança global, modelos de desenvolvimento**. São Paulo: Atlas, 2015.
- DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- ECO-UNIFESP. **Consumo Consciente**. *Eco-UNIFESP*, 2015. Disponível em: <goo.gl/vze2s7>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- FINEP. **Manual de Oslo: Diretrizes para a coleta de interpretação de dados e inovação**. 3ª. ed. [S.l.]: Finep, 1997.
- FRIEDMAN, M. **Capitalism and Freedom**. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.
- FURRIELA, B. **Educação para o consumo sustentável Ciclo de Palestras sobre Meio Ambiente. Programa Conheça a Educação do Cibec/Inep- MEC/SEF/COEA**, Brasília, p. 47-55, 2001.
- GUIMARÃES, R. P. **La sostenibilidad del desarrollo entre rio-92 y Johannesburgo 2002: Eramos felices y no sabemos**. São Paulo: Ambiente e Sociedade, 2001.
- IBGC. **A prática da sustentabilidade: desafios vividos por agentes da governança**. São Paulo: IBGC, 2009.
- JUNGES, J. R. **Ética ecológica: Antropocentrismo ou Biocentrismo?**, Belo Horizonte, 2001.
- JUNGES, J. R. **Ética ambiental**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- KURY, M. D. G. **ARISTÓTELES: Ética a Nicômacos**. 4ª. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- LAS CASAS, A. L. **Plano de Marketing Para Micro e Pequena Empresa**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MACHADO FILHO, C. P. M. **Responsabilidade Social e Governança: O Debate e as Implicações**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2006.
- NEUTZLING, D. M.; PEDROSO, E. A. **Reinterpretação da destruição criadora de Schumpeter pela ótica da complexidade, estruturas dissipativas e rizoma**. *Revista Internacional Científica*. v. 1, n. 6, p. 1-18, 2015.
- NODARI, P. M. **A ética aristotélica**. Belo Horizonte: Síntese Nova Fase, 1997.
- NUNES, D. S.; CARVALHO, C. M. **Educação Ambiental e a Interdisciplinariedade Como Potencializadores Da Gestão Ambiental**. *Revista do Centro do Ciências Naturais e Exatas - UFSM*, v. 18, n. 3, p. 1093-1100, 2014.

- OLIVEIRA, J. A. P. D. **Empresas da sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- PALAVIZINI, R. Educação para a sustentabilidade: uma abordagem transdisciplinar. **NUPEAT-IESA- UFG**, v. 1, n. 1, p. 25-35, 2011.
- PORFILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2015.
- SAVIANI, D. **Ética, educação e cidadania**. Florianópolis: PhiloS - Revista Brasileira de Filosofia, 2001.
- SCHOPENHAUER, A. **Sobre o Fundamento da Moral**. São Paulo: Martins Fontes , 2001.
- SERRANO, C. M. L. **Educação ambiental e consumerismo em unidades de 2003 ensino fundamental**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2003.
- SILVA, N. M.; MACIEL, T. M. F. **Atitudes de Estudantes Universitários em Relação à “Simplicidade Voluntária” e à Preservação Ambiental**. Viçosa: Oikos. 2007.
- SILVEIRA, A. D. M. **Ética Empresarial na Prática: Soluções para Gestão e Governança no Século XXI**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.
- STROBEL, J. S. **Modelo de mensuração da sustentabilidade corporativa através de indicadores**. 2005. 136 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade de Santa Catarina. Florianópolis. 2005.
- TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- TRASFERETTI, J. **Ética e Responsabilidade Social**. 4. ed. Campinas: Alínea, 2011.
- ZATTI, V. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2007.